POLÍTICA DE PRIVACIDADE DE DADOS (PPD)

Código: PPD
Documento: Política de Privacidade de Dados
Versão: 2.0
Data da Públicação: 22/08/2026
Próxima Revisão: 22/08/2027
Classificação: Público

1. Objetivo e abrangência

Esta Política tem por objetivo trazer transparência sobre o tratamento de dados pessoais realizado pelo CARTÓRIO JUCÁ CRUZ, informando como essas informações são coletadas, utilizadas, armazenadas, compartilhadas e conservadas, em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), as normas do Conselho Nacional de Justiça e as regras da Corregedoria-Geral da Justiça do Estado do Amapá.

Esta Política aplica-se a todos os titulares cujos dados pessoais sejam tratados pelo CARTÓRIO JUCÁ CRUZ, direta ou indiretamente, incluindo usuários dos serviços notariais e registrais, partes e terceiros mencionados nos atos, representantes legais, colaboradores e usuários dos canais digitais de atendimento da serventia.

2. Princípios

O tratamento de dados pessoais realizado pelo CARTÓRIO JUCÁ CRUZ é pautado nos seguintes Princípios

a. Finalidade: Os dados pessoais são tratados para objetivos legítimos, específicos e claramente informados ao titular.
b. Adequação: O tratamento dos dados se dá de acordo com as finalidades comunicadas ao titular.
c. Necessidade: São utilizados somente os dados necessários para alcançar as finalidades definidas.
d. Livre Acesso: Os titulares tem acesso fácil e gratuito às informações sobre como e por quanto tempo seus dados são tratados.
e. Qualidade dos Dados: Os dados são mantidos corretos, claros, relevantes e atualizados.
f. Transparência: O titular recebe informações claras, precisas e acessíveis sobre o tratamento de seus dados.
g. Segurança: São adotadas medidas técnicas e administrativas para proteger os dados pessoais contra acessos indevidos, perda, alteração ou divulgação não autorizada.
h. Prevenção: São tomadas medidas para evitar danos decorrentes do tratamento dos dados pessoais.
i. Não Discriminação: Os dados não são tratados para fins discriminatórios, ilícitos ou abusivos.

j. Responsabilização e Prestação de Contas: O responsável pelo tratamento adota medidas eficazes e mantem registros que demonstram o cumprimento das normas de proteção de dados.

3. Tratamento de dados pessoais

O 1º Ofício de Notas, Registros Públicos e demais anexos de Macapá-AP, CARTÓRIO JUCÁ CRUZ, com endereço na Rua Tiradentes, 876, Centro, Macapá - AP (CEP 68900-098), representado por seu titular ou delegatário, atua como controlador dos dados pessoais tratados no exercício das atividades notariais e registrais, sendo responsável por definir as finalidades e os meios desse tratamento, nos termos do art. 5º, inciso VI, da LGPD.

O tratamento é realizado para a prática dos atos e serviços atribuídos à serventia e para o cumprimento das obrigações previstas na Lei nº 6.015/1973, na Lei nº 8.935/1994, na legislação tributária, nas normas do Conselho Nacional de Justiça e nas regras da Corregedoria-Geral do TJAP.

Os dados pessoais são obtidos a partir dos documentos apresentados pelos usuários para a prática de atos de registro civil de pessoas naturais e de atos notariais. Esses dados são utilizados na elaboração dos respectivos assentos, registros e atos, passando a integrar os livros oficiais do Registro Civil e do Tabelionato de Notas. Quando necessário ao cumprimento dessas atividades, as informações também são armazenadas em sistemas informatizados, de acordo com as competências e atribuições legais do CARTÓRIO JUCÁ CRUZ.

4. Tratamento de dados pessoais sensíveis

Nos termos do art. 5º, inciso II, da LGPD, são considerados dados pessoais sensíveis aqueles relacionados à origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, saúde, vida sexual, dados genéticos ou dados biométricos vinculados a uma pessoa natural.

No exercício de suas atividades, o CARTÓRIO JUCÁ CRUZ poderá tratar dados pessoais sensíveis, quando necessário à prática de atos notariais e registrais ou ao cumprimento de obrigações legais, especialmente:

a. dados biométricos, como impressões digitais;
b. informações relacionadas à saúde, quando constarem de documentos ou forem necessárias à realização de determinado ato; e

c. outros dados sensíveis eventualmente presentes nos documentos apresentados à serventia.

O tratamento desses dados será realizado com medidas técnicas e administrativas adequadas para restringir o acesso e protegê-los contra uso, alteração, perda ou divulgação não autorizados, respeitadas as obrigações legais de publicidade dos atos cartorários.

5. Finalidade do Tratamento e Bases Legais

O tratamento de dados pessoais realizado pelo CARTÓRIO JUCÁ CRUZ tem como finalidade a prestação dos serviços notariais e registrais previstos em lei, assegurando a publicidade, a autenticidade, a segurança e a eficácia dos atos jurídicos.

Embora exercidos em caráter privado, os serviços notariais e registrais são prestados por delegação do Poder Público. Por essa razão, nos termos do art. 23, § 4º, da LGPD, submetem-se ao regime aplicável às pessoas jurídicas de direito público quanto ao tratamento de dados pessoais.

As principais bases legais que fundamentam o tratamento de dados pelo CARTÓRIO JUCÁ CRUZ são:

a. cumprimento de obrigação legal ou regulatória, nos termos do art. 7º, inciso II, da LGPD;
b. execução de políticas públicas, quando o tratamento for necessário à realização de políticas previstas em lei ou regulamento, conforme o art. 7º, inciso III, da LGPD;
c. exercício regular de direitos em processo judicial, administrativo ou arbitral, conforme o art. 7º, inciso VI, da LGPD; e
d. execução de contrato ou de procedimentos preliminares relacionados a contrato, quando necessário às atividades de funcionamento da serventia, nos termos do art. 7º, inciso V, da LGPD.

O consentimento e o legítimo interesse poderão ser utilizados apenas em situações específicas, quando forem compatíveis com a atividade cartorária e não houver outra base legal mais adequada. Essas bases não substituem as obrigações legais e regulatórias que fundamentam a prática dos atos notariais e registrais.

6. Compartilhamento de Dados

O CARTÓRIO JUCÁ CRUZ realiza o acesso e o compartilhamento de dados pessoais somente quando necessário ao cumprimento de suas atribuições legais, observando os princípios da finalidade, necessidade, segurança e transparência previstos na LGPD.

Os dados poderão ser acessados ou compartilhados com colaboradores autorizados, órgãos públicos, autoridades judiciais e administrativas, outras serventias, centrais eletrônicas, prestadores de serviços e demais entidades, quando houver previsão legal ou quando a medida for necessária à prática dos atos notariais e registrais.

O compartilhamento observará as finalidades do tratamento, as normas de publicidade dos atos cartorários e as medidas de segurança e proteção de dados aplicáveis. Os dados pessoais não serão comercializados nem compartilhados com empresas de marketing para fins publicitários.

7. Direitos dos Titulares

O titular de dados pessoais possui os seguintes direitos, que podem ser exercidos mediante requisição ao Encarregado de Proteção de Dados (DPO):

O titular de dados pessoais poderá exercer, mediante requerimento ao Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais, os direitos previstos no art. 18 da LGPD, incluindo:

a. confirmação da existência de tratamento e acesso aos dados;
b. correção de dados incompletos, inexatos ou desatualizados;
c. solicitação de anonimização, bloqueio ou eliminação de dados desnecessários, excessivos ou tratados em desconformidade com a LGPD;
d. informações sobre o compartilhamento de dados com entidades públicas ou privadas;
e. informação sobre as finalidades e a forma de tratamento dos dados;
f. portabilidade dos dados, quando aplicável e observada a regulamentação da ANPD;
g. oposição ao tratamento, quando cabível; e
h. apresentação de reclamação à Autoridade Nacional de Proteção de Dados — ANPD.

Quando o tratamento estiver baseado no consentimento, o titular poderá revogá-lo a qualquer momento. A revogação não afetará a legalidade do tratamento realizado anteriormente e não impedirá a conservação dos dados quando exigida por lei, regulamento ou necessária ao cumprimento das atribuições legais do CARTÓRIO JUCÁ CRUZ.

O atendimento aos direitos poderá observar as limitações previstas na LGPD e nas normas aplicáveis aos serviços notariais e registrais, especialmente quando a manutenção dos dados for necessária à preservação dos atos, ao cumprimento de obrigação legal ou ao exercício regular de direitos.

8. Conservação e Exclusão dos dados

Os dados pessoais poderão ser armazenados no Brasil ou no exterior, inclusive em servidores de computação em nuvem, sempre com a adoção de medidas técnicas e administrativas voltadas à segurança e à confidencialidade das informações. A conservação ocorrerá pelo período necessário ao cumprimento das finalidades do tratamento e dos prazos previstos na legislação aplicável, incluindo as normas cartorárias e a Tabela de Temporalidade do CNJ. Após esse período, os dados serão eliminados ou anonimizados, quando possível, ressalvadas as hipóteses em que sua manutenção seja exigida por obrigação legal ou regulatória, por políticas públicas ou para o exercício regular de direitos em processos judiciais ou administrativos.

9. Segurança dos Dados

O CARTÓRIO JUCÁ CRUZ adota medidas técnicas e administrativas de segurança da informação, nos termos do art. 46 da LGPD e das normas aplicáveis às serventias extrajudiciais, para proteger os dados pessoais contra acessos não autorizados, perda, destruição, alteração, divulgação ou qualquer forma de tratamento inadequado. Essas medidas são detalhadas na Política de Segurança da Informação (PSI).

Em caso de incidente de segurança que possa causar risco ou dano relevante aos titulares, o CARTÓRIO JUCÁ CRUZ adotará as medidas cabíveis, incluindo a avaliação do incidente, sua contenção, o registro das providências adotadas e as comunicações à ANPD e à Corregedoria.

10. Encarregado de Proteção de Dados (DPO)

Para esclarecer dúvidas sobre esta Política ou sobre os dados pessoais que tratamos, o titular pode entrar em contato com o nosso Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais:

Encarregado de Proteção de Dados (DPO): Empresa GRIX

Canais de comunicação:

- Formulário online disponível no site: https://www.cartoriojucacruz.com.br/
- Email: compliance@grix.digital

O CARTÓRIO JUCÁ CRUZ responderá às solicitações dos titulares no prazo previsto em legislação específica da ANPD.

11. Capacitação

Todo colaborador é treinado nesta Política na admissão e participa de capacitação ao menos anual sobre fundamentos gerais da LGPD.

Profissionais da equipe que lidam com dados de uma forma mais crítica recebem capacitação específica sobre fundamentos específicos da LGPD, aplicabilidade desta Política e maneiras de identificar e proceder em caso de identificação de incidente de privacidade. As capacitações são registradas formalmente.

12. Revisão, auditoria e guarda de registros

Esta Política será revisada, no mínimo, uma vez por ano e sempre que houver alterações relevantes na legislação, nas normas aplicáveis, na estrutura tecnológica, nos fornecedores críticos ou nos controles de segurança da serventia.

As revisões, aprovações, registros de incidentes, auditorias e demais evidências relacionadas à aplicação desta Política serão documentados e armazenados em ambiente seguro, com controle de acesso e registro de alterações, pelo prazo definido na legislação aplicável e nas normas do CNJ e da Corregedoria.

13. Descumprimento e vigência

O descumprimento por colaborador ou estagiário sujeita o infrator às medidas disciplinares cabíveis, proporcionais à gravidade, sem prejuízo das responsabilidades civil e penal.

O descumprimento por fornecedor, enseja notificação, penalidades contratuais e, conforme a gravidade, rescisão.

Esta Política entra em vigor na data de sua aprovação, é divulgada mediante comprovação de ciência, permanece disponível na intranet e em via impressa em cada unidade, e revoga as orientações internas anteriores incompatíveis.

Macapá/AP, 08 de setembro de 2026.

Assinado de forma digital por FRANCISCO ERIONALDO CRUZ JUNIOR:01142528316
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=Certificado Digital PF A3, ou=Videoconferencia, ou=38073330000180, ou=AC SyngularID Multipla, cn=FRANCISCO ERIONALDO CRUZ JUNIOR:01142528316
Dados: 2026.09.08 12:07:19 -03'00'

Delegatário(a) — Controlador de Dados Pessoais

Controle de Revisões

Versão	Data	Descrição da Alteração	Responsável
1.0	01/03/2023	Expedição Inicial	Francisco Erionaldo Cruz Junior
2.0	20/08/2026	Revisão Geral	Equipe Técnica Grix
2.0	22/08/2026	Aprovação	Francisco Erionaldo Cruz Junior